

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ao vigésimo dia do mês de março de dois mil e vinte e seis, os membros do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo – CMPOP realizaram, no auditório da Fundação Rio das Ostras de Cultura, situado na Avenida Cristóvão Barcelos nº 109, a 2ª Assembleia Geral Ordinária, convocada por intermédio de edital publicado na edição nº 1934, do Jornal Oficial e postagem no grupo de WhatsApp, para tratar da seguinte pauta:

1. Aprovação das atas anteriores (AGO e AGE);
2. Esclarecimentos quanto à reunião da Comissão Executiva do CMPOP com a SEGEP;
3. Proposta de criação de Comissões Temáticas do CMPOP para início dos trabalhos com as reuniões setoriais; análise dos impactos orçamentários de leis aprovadas em 2026 em relação às LOA, LDO e PPA;
4. Assuntos gerais.

A reunião teve início às dezoito horas e quinze minutos, com a presença de treze (13) participantes, sendo cinco (5) conselheiros da sociedade civil, sete (7) conselheiros representantes do poder público e um (1) munícipe, conforme Lista de Presença anexada a esta Ata e mais dois (2) conselheiros da sociedade civil que acompanharam a reunião “on-line” – Vanderlei Campos e Anderlândia Gomes da Cunha. Os Conselheiros Sérgio Adriane Pires e Mário Sergio G. de Araújo justificaram suas ausências. Os representantes da SEMOP e da SESEP não compareceram.

Item 1) Aprovação das atas anteriores: a ata da 2ª Assembleia Geral Extraordinária, cuja minuta foi postada no grupo de WhatsApp em 9 de março de 2026, foi aprovada por unanimidade. A minuta da ata da 1ª Assembleia Geral Ordinária, após sua leitura, recebeu ressalva do Conselheiro

Márcio Sena, representante da SEGEP, solicitando a exclusão do texto “e se eximiram da tarefa” no item 3 que trata da apresentação daquela Secretaria. A alteração foi acatada por unanimidade. Ambas as atas serão encaminhadas para publicação no Jornal Oficial e armazenamento no site da Prefeitura. Item 2) Esclarecimentos quanto à reunião da Comissão Executiva do CMPOP com a SEGEP:

o Presidente Flávio Ferreira da Silva declarou que o primeiro item discutido foi a vacância de conselheiros em alguns setores, quando propôs à Secretária Márcia Almeida a realização de eleição suplementar, proposta acatada pela SEGEP. O Conselheiro Uilson Alves da Silva falou da necessidade de revisão do regimento e sugeriu a criação de representatividade “ad-hoc”, que é melhor do que não ter representante. O Conselheiro Marcelo Calixto se colocou à disposição para ser representante “ad hoc”. O Presidente argumentou que isso sobrecarrega outros conselheiros. A Conselheira Fernanda Peres, da SEMUSA, sugeriu fazer uma chamada pública para preencher as vagas ou chamadas informais, fazendo vídeo curto que leva a engajamentos. Em seguida, o Presidente tratou da falta de respostas do setor público a todas as dúvidas do CMPOP e finalizou abordando as ausências do Secretário Fajardo e do Vereador Rodrigo da Aposentadoria na assembleia geral extraordinária realizada no dia 6 de março de 2026. O Presidente relatou que o Secretário de Obras Fajardo comunicou sua ausência com antecedência e o Vereador Rodrigo da Aposentadoria só avisou uma hora antes do início da assembleia. A Secretária Márcia Almeida se comprometeu a contatar o Secretário Fajardo para programar uma reunião de esclarecimentos. O Presidente Flávio informou que, se não tiver respostas, formalizará pedido de reunião por ofício. Item 3)

Proposta de criação de Comissões Temáticas do CMPOP para início dos trabalhos com as reuniões setoriais; análise dos impactos orçamentários de leis aprovadas em 2026 em relação à LOA, LDO e PPA: o Presidente Flávio Ferreira da Silva lembrou que já temos uma Comissão Temática para analisar um projeto denominado “Programa Mobilidade Tarifa Zero Rio das Ostras”, composta por Flávio Ferreira da Silva – Coordenador e os membros Anderlândia Gomes da Cunha, Edson Cordeiro, Elenilson Gomes Ribeiro Pereira, Iracema de Oliveira Nascimento, Marcelo C. N. Calixto, Mário Sérgio G. de Araújo, Teresa de Paula Silva e Uilson Alves da Silva. Para análise dos impactos orçamentários das leis aprovadas em 2026 em relação às LOA, LDO e PPA, os conselheiros do CMPOP, nesta assembleia, aprovaram a constituição de uma Comissão Temática formada por Uilson Alves da Silva – Coordenador e os membros Edson Cordeiro, Flávio Ferreira da Silva, Lucimara Martins de Souza, Marcelo C. N. Calixto e Vanderlei Campos. O 1º Secretário Vanderlei Campos encaminhará minuta de Resolução para o Presidente contendo objeto, prazo e membros. Item 4) Assuntos gerais: O Conselheiro Márcio Sena, da SEGEP, esclareceu que a verba recebida do governo federal, em torno de R\$ 22.700.000,00 tem destinação claramente determinada. A respeito deste assunto, o Conselheiro Uilson Alves perguntou ao Conselheiro Alcino, representante do SAAE, sobre o projeto e a que se propõe; o Sr. Alcino respondeu que a Engenharia chegou a este valor de R\$ 22.700.000,00 e acrescentou que por não fazer parte da Engenharia, irá buscar informações; o Presidente Flávio Ferreira da Silva perguntou ao Conselheiro Alcino (SAAE) se essa verba do governo federal é integralmente destinada para obra do canal de Medeiros; o Conselheiro Alcino respondeu que é para toda a Cidade, onde a engenharia identificou como ser prioridade para este momento de calamidade; o Conselheiro Uilson

perguntou sobre a empresa H2A. Em resposta, o Conselheiro Alcino (SAAE) informou que o contrato desta empresa é para atender esgotamento de áreas públicas e que o uso em calamidade com certeza, está previsto em contrato; o Presidente Flavio falou da localização da obra no canal de Medeiros e reforçou a falta de oitiva da sociedade civil e de não ser atendida em suas demandas; explicou a citação em documento sobre instâncias legais; o Conselheiro André Luís Arrigoni (SEGEP) lembrou que os Setores N e O, em anos anteriores, conseguiram a inserção de suas demandas nas leis orçamentárias. Retomando a palavra, o Conselheiro Uilson falou de obras concluídas sem sinalizações vertical e horizontal nas ruas Aristóteles da Cunha (Chácaras Marilea), Aracaju e Niterói (Bela Vista). Prosseguiu pedindo registrar em ata o fato de o relatório do Fórum do Orçamento ainda não ter sido disponibilizado; questionou o prazo da divulgação do Fórum de Orçamento em plena calamidade e mesmo assim, realizaram a audiência pública. Colocou-se também preocupado com a falta de informações dos representantes públicos que, ao mesmo tempo, só citam constantemente o governo estadual em suas aparições públicas. Por último, destacou que as obras na Estrada do Contorno estão sendo executadas sem o Termo de Obra que a seu ver, deveriam passar pela assembleia geral do CMPOP. A munícipe Katia Marcilio falou da necessidade de planejamento e louvou os locais que receberam obras de melhorias e destacou que é preciso mostrar claramente o que será realizado no Canal de Medeiros. O Presidente Flavio concordou com a Sra. Katia; explicando a necessidade de coletas de dados, diagnósticos dos problemas e que hoje o CMPOP tem que ser mais proativo, identificando os desvios entre o orçado e o realizado; falou dos valores licitados serem subestimados; lamentou a ausência de convites para audiências públicas e que os

conselheiros não querem ser tão somente coadjuvantes; A munícipe Katia Marcilio citou que faltam informações sobre as emendas impositivas de 2025 – onde foram aplicada e quais passaram para 2026. O Conselheiro Pedro Carvalho perguntou sobre o calendário das setoriais; o Presidente Flávio falou que será confirmado com o SEGEP e avaliará melhorias na coleta de demandas via online, amenizando os impactos de falta de representação. O Conselheiro Pedro Barbosa elogiou a presença dos setores públicos e falou da necessidade de informação da obra no Píer da Boca da Barra e da ponte de madeira que liga Boca da Barra ao bairro Colinas, o que poderia ser suprida com a presença do representante do SEMOP. O Presidente Flávio reforçou que os suplentes devem ser acionados para cobrir eventual ausência do titular. A conselheira Lucimara sugeriu a organização do tempo de fala durante a reunião, com o objetivo de favorecer que todos os conselheiros possam se manifestar de forma equilibrada, dentro do tempo disponível. A Conselheira Rosemeri, da SEMUSA, falou que não procede o registro em Ata de falta de médico em Cantagalo; o registro foi da Conselheira Anderlândia que justificou a falta do médico de família que se encontrava afastado por cirurgia e que o que estava no posto de saúde, não sendo médico de família, não quis emitir encaminhamentos que a paciente, ela própria, necessitava naquele momento. A Conselheira Rosimeri ficou de averiguar o ocorrido e informar na próxima AGO; A Conselheira Anderlândia solicitou à Conselheira Representante da SEMEDE que faça uma visita a Escola de Cantagalo para ver as condições da alimentação. Finalizando, o Presidente Flavio Ferreira da Silva agradeceu a todos pela presença, assegurando que nas próximas assembleias o controle de tempo nas falas será exercido, como sugerido pela Conselheira Lucimara Martins de Souza e solicitou que todos leem as minutas das atas

disponibilizadas no grupo de conselheiros para agilizar a votação na reunião seguinte. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às vinte horas e cinquenta e dois minutos, sendo lavrada a presente ata que vai assinada por mim Vanderlei Campos – 1º Secretário e Flávio Ferreira da Silva - Presidente.